



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Maria João Santos Roldão Gomes encontra-se a substituir o Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado, que apresentou pedido de suspensão de mandato, apreciado na reunião de 05/06/2014.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 12, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 5 DE JUNHO DE 2014
3. REQ. N. 723/14, DATADO DE 19/05/2014 – PC N.º 146/14, DATADO DE 06/05/2014 – MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA
4. REQ. N. 773/14, DATADO DE 26/05/2014 – PC N.º 56/14, DATADO DE 24/02/2014 – MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO

5. REQ. N. 730/14, DATADO DE 20/05/2014 – PC N.º 1317/00, DATADO DE 04/12/2000 – RODRIGAPE – CONSTRUÇÕES, LDA
6. REQ. N. 787/14, DATADO DE 30/05/2014 – PC N.º 352/12, DATADO DE 22/11/2012 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES
7. REQ. N. 853/14, DATADO DE 06/06/2014 – PC N.º 59/14, DATADO DE 26/02/2014 – TUBOFURO - TUBOS EM PVC, SA
8. REQ. N. 860/14, DATADO DE 11/06/2014 – PC N.º 195/14, DATADO DE 05/06/2014 – ANÍBAL H. ABRANTES - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, SA.
9. REQ. N. 738/14, DATADO DE 21/05/2014 – PC N.º 152/11, DATADO DE 26/04/2011 – LUIS MANUEL PACHECO BRANQUINHO
10. REQ. N. 690/14, DATADO DE 14/05/2014 – PC N.º 180/11, DATADO DE 10/05/2011 – LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA
11. REQ. N. 784/14, DATADO DE 28/05/2014 – PC N.º 113/14, DATADO DE 10/04/2014 – REINALDO MANUEL PEREIRA MESQUITA
12. REQ. N. 820/14, DATADO DE 03/06/2014 – PC N.º 435/13, DATADO DE 19/11/2013 – VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A
13. REQ. N. 892/14, DATADO DE 16/06/2014 – PC N.º 266/2014, DATADO DE 16/06/2014 – ACES PINHAL LITORAL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.
14. REQ. N. 898/14, DATADO DE 16/06/2014 – PC N.º 271/2014, DATADO DE 16/06/2014 – EMPREENDIMENTOS IMOB.CONCEIÇÃO GOMES E FERREIRA,LDA.
15. REQ. N. 105/14, DATADO DE 23/01/2014 – PC N.º 168/12, DATADO DE 15/06/2012 – SELMA CARINA DA CUNHA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO
16. REQ. N. 681/14, DATADO DE 12/05/2014 – PC N.º 224/12 , DATADO DE 02/08/2012 – VASCO MANUEL GOMES SILVA
17. REQ. N. 783/14, DATADO DE 28/05/2014 – PC N.º 165/12, DATADO DE 12/06/2012 – GALLOVIDRO, SA
18. REQ. N. 718/14, DATADO DE 19/05/2014 – PC N.º 172/14, DATADO DE 19/05/2014 – JOÃO MIGUEL ALMEIDA CARRIÇO
19. REQ. N. 2591/11, DATADO DE 28/12/2011 – PC N.º 219/08, DATADO DE 06/06/2008 – ANTÓNIO FERREIRA DINIZ BARROSEIRO

20. REQ. N. 833/14, DATADO DE 04/06/2014 – PC N.º 243/2014, DATADO DE 02/06/2014 – GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DAS FIGUEIRAS
21. ANULAÇÃO DE GUIAS – DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
22. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
23. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA
24. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESA. RELAÇÃO DAS DECISÕES DE ADJUDICAÇÃO.
25. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE MAIO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
26. 12.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 – 2.ª REVISÃO
27. DOCUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO ECONÓMICO DE 2013
28. PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 26/2014 – AP/DFTI – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E RESPECTIVO PARECER A EMITIR POR AUDITOR EXTERNO PARA OS ANOS DE 2014, 2015 E 2016 – PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA EFEITOS DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART.º 77.º, N.º 1 DA LEI N.º 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO.
29. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 ABRIL A 31 DE MAIO DE 2014.
30. ENCERRAMENTO DE CONTAS BANCÁRIAS DA CGD
31. ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
32. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 88, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL – MARIA ANTONIETA DE JESUS SANTOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

33. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 15, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL – FRANCISCO HENRIQUE MOREIRA CARDOSO - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
34. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2014.
35. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA SOCIAL
36. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO
37. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL
38. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### 1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Não se registou qualquer intervenção.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

▪ **O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Comunicação social – O Jornal da Marinha Grande, o Jornal de Leiria e o Região de Leiria costumam estar presentes nas nossas reuniões e têm feito um trabalho meritório em prol do concelho. A Câmara publica avisos nos dois jornais de Leiria e não o faz no jornal da nossa terra. Está-se a subalternizar o que é da nossa terra, tem que se utilizar o princípio da proporcionalidade. Se o motivo desta situação é a adversidade de opiniões não lhe parece bem, uma vez que a adversidade é benéfica. De seguida leu algumas transcrições do facebook, questionando porque é que não é cumprido o princípio da igualdade para com o Jornal da Marinha Grande.
- ⇒ Futebol na praça – registou com apreço que se cumpriu o que tinha sido prometido, mas falta ânimo, ficou triste pois esteve na praça e parecia que não se passava nada, e devia ter sido uma festa. Era também bom que se transmitissem outros jogos, como os do Brasil e da Croácia, uma vez que residem no concelho naturais destes países. No próximo domingo dever-se-á começar com a festa durante a tarde, antes do jogo, para animar, talvez com a colocação de música.
- ⇒ Exposição da madeira e do vidro – incentivou amigos a virem cá ver, vieram, chegaram às 17:15 h e a sala estava fechada porque a funcionária tinha a filha doente. Não está em causa esta situação, mas deveria haver mobilidade para substituir a pessoa.
- ⇒ Corte de árvores – apesar da contestação apoia, pois os passeios são para as pessoas passarem. Sugere, contudo, que por cada uma que se corte se devam plantar, onde houver lugar para elas, mais 3 ou 4 árvores.

▪ **O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Congratulou-se pela nadadora Filipa Ruivo do Clube Náutico da Marinha Grande ter sido convocada para ir representar a seleção nacional a um Open no Luxemburgo dia 28 e 29 de Junho.
- ⇒ Congratulou-se pelo Prof. José Soares, do agrupamento de escolas da Vieira, por ter sido selecionado para ser um dos três embaixadores da ciência no nosso país. É embaixador do Scientix um programa gerido pela European School net, e tem como objetivo promover e apoiar a cooperação europeia entre os professores de ciências, matemática e tecnologias.
- ⇒ Congratulou-se por duas empresas marinhenses: Bollinghaus e Carfi, pelo aumento da sua capacidade produtiva e consequente criação de mais emprego.

- ⇒ Nas duas últimas reuniões falou-se da requalificação do parque infantil do Parque Mártires do Colonialismo. Alertou para os deficientes acabamentos, com placas mal colocadas e quinas vivas, que são perigosas para as crianças. No entanto, vê que continua aberto ao público, sem que tenham eliminado estes defeitos, sujeito a que alguma criança se magoe. Mostrou fotos do que acabou de dizer, onde também está um banco de jardim muito degradado.
- Sugestão - recomenda que se façam obras, mas que não se deixem incompletas e sobretudo que se cuide da sua manutenção.
- ⇒ Sobre o salão de chá, confirmou que já há papéis ardidos e pontas de cigarro visíveis dentro do espaço. Alertou uma vez mais para que se atue rápido, para que não tenhamos de remediar.
- ⇒ Sobre o abate das árvores disse que vivemos décadas sem que se tenha cuidado devidamente das árvores da nossa cidade. Ao invés de cuidarmos das árvores ao longo do tempo, nos últimos meses viramo-nos a abatê-las pelas mais diversas razões: porque tocavam nas ossadas, porque ocultavam a droga e a prostituição, porque deixavam cair folhas, porque libertavam pólen, porque danificavam os passeios, porque têm ramagens que atingem janelas dos prédios, porque algumas árvores estão doentes. Se isto sempre aconteceu, e algumas razões são irracionais (como o caso do pólen ou das folhas caídas), há outras razões de extrema necessidade. A questão é porque não decidiram tratar das árvores ao longo do tempo? Se o problema é dos passeios, porque abatemos as árvores? Se o problema é de uma ou outra árvore, porque as abatemos todas? (seria como se doesse a perna e a solução fosse matar, ou pelo facto de uma pessoa morrer duma doença e nós matarmos todas as pessoas) Se pensam que têm razão, e depois do que aconteceu no cemitério, porque não explicam previamente à população?
- ⇒ **Sobre a reunião do dia 12 de Junho com os empresários disse o seguinte:**

*“Na última reunião ordinária de câmara de 5 de Junho, questioneei a razão porque o Sr. Presidente tinha agendada a reunião com os empresários para um dia normal de trabalho às 14h30, sugerindo que se fizesse ao fim da tarde ou à noite. No momento o Sr. Presidente justificou dizendo que a reunião tinha sido marcada com muita antecedência para que se possam organizar, e que a razão para ser a esta hora era de acordo com o horário dos serviços, por não poder pagar horas extraordinárias aos funcionários.*

*O JMG noticiou dizendo que eu “tinha criticado a hora escolhida para a sua realização dado que a essa hora, na sua opinião, os empresários se encontram envolvidos nos seus negócios, sugerindo que a mesma ocorresse ao fim da tarde ou à noite”*

*Nos presentes não existirá nenhuma dúvida sobre esta conversa e a ata da reunião de câmara reflete fielmente o que se passou.*

*Na reunião com os empresários no dia 12, na qual estive presente, escutamos vários empresários manifestar a mesma opinião, revelando que seria uma das razões para a pouca aderência, e que deveria ser encontrada outra hora e eventualmente outra forma.*

*Perante estes comentários, o Sr. Presidente podia, duma forma humilde, aceitar as críticas, e refletir porque tantas pessoas manifestam a vontade de se realizar a reunião noutra hora. Ao invés, perante os empresários presentes que se disponibilizaram nas suas horas de trabalho, o Sr. Presidente voltou a insistir que não tem funcionários para horários pós-laborais. Constatei então que na reunião estavam dois funcionários da Câmara, que são exemplos de entrega e disponibilidade, e interpelei o Sr. Presidente sobre esse facto. O Sr. Presidente respondeu-me que “falei disso em reunião de Câmara e o Senhor não disse nada”. Que interpretação devemos dar a estes factos do Sr. Presidente afirmar algo que todos sabíamos ter sido um assunto discutido neste órgão e era contrário ao que estava a afirmar? Pretendia que em plena reunião com empresários, eu clarificasse o assunto dizendo que a sua afirmação era mentira?*

*Por respeito institucional não vou utilizar os mesmos termos que já me foram apontados, mas as acções ficam com quem as pratica, e, uma vez mais, gostaria de deixar claro que fundamento as minhas opiniões em factos, e por isso sempre existem testemunhas que sabem que eu não minto.*

*Quando se afirma que devemos envolver mais os munícipes e as empresas e com isso pretendemos ser um facilitador, este é um exemplo do contrário, que só afasta mais as pessoas da vida da nossa terra. Para termos credibilidade, as acções têm de ser condizentes com as palavras que proferimos.”*

⇒ **Perguntou:**

- Já existe decisão sobre o processo da Carfi? Quando podemos esperar a resposta?
- Já existe decisão sobre o processo do jazigo? Quando podemos esperar a resposta?

▪ **A Sr.ª Vereadora Maria João Santos abordou os seguintes assuntos:**

⇒ Corte de árvores – parte do princípio que não houve alternativa, e perguntou se está previsto plantar árvores em substituição das que foram cortadas, e se irão ser escolhidas espécimes arbóreos adaptados aos locais.

⇒ Jardim Luís de Camões – as pessoas estão preocupadas por estar vedado e irem ser cortadas árvores.

O **Sr. Presidente** informou que num dos topos do jardim se encontra afixado um placard com a planta das obras.

⇒ S. Pedro de Moel – disse que a situação dos wc's é preocupante, até porque os do café da praia estão em más condições. Questionou quando vão ser feitas as obras no gradeamento da esplanada uma vez que já se iniciou a época balnear.



▪ **O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**

⇒ Agradeceu a todos os que intervieram nas Festas da Cidade e a todo o executivo, quer tenham participado de forma direta ou indireta, pois mais do que falar importa o que se faz. Fala-se muito e faz-se pouco, mas na Marinha Grande faz-se muito, pelo que convidou todos a participarem:

- Hoje, na Tertúlia dos Anos de Ouro, no edifício da Resinagem;
- Amanhã, no convívio e ensaio da Orquestra da Marinha Grande, nos jardins do Museu Joaquim Correia;
- Dia 21, no encontro de colecionadores, no S.O.M., no lançamento do livro, na Biblioteca Municipal e na exposição do mestre Octávio Botas;
- Dia 21, à noite, nas marchas populares, no Estádio Municipal;
- Dia 22, no jantar de aniversário do grupo desportivo “Os Vidreiros”;
- Às 23:00, na praça, para o jogo de futebol da selecção nacional;
- Dia 28, na abertura da época balnear em S. Pedro de Moel e na Praia da Vieira;
- De 1 a 7 de julho, no Pinhal das Artes;
- Dia 5 de julho na prova de hipismo, junto ao Estádio Municipal, e no jogo de andebol.

Tudo isto demonstra o nível de qualidade e quantidade de iniciativas da nossa terra, que alguns criticam, mas que o enchem de orgulho pela iniciativa e dinâmica do concelho.

⇒ Dirigiu uma saudação especial a todos os desportistas e agentes culturais da nossa terra, que mesmo não ganhando vão participando nas nossas iniciativas, porque mais do que ganhar é a capacidade de ser feliz e participar pelo prazer de praticar desporto.

⇒ Relativamente às Festas da Cidade esclareceu que foram organizadas pelo pelouro da cultura e apoiadas pelo executivo permanente, e não por alguém de fora, e que só se compraram alguns materiais que a Câmara não tinha.

⇒ **Sobre questões dos seus pelouros respondeu o seguinte:**

- Futebol na praça – houve problemas de ordem técnica e da sua resolução. Alguns ainda subsistem mas vai-se tentar solucionar as situações. Acolhe com agrado a sugestão da música, apresentada pelo Sr. Vereador António Santos.
- Exposição no NAC – o efectivo de recursos humanos de que a Câmara dispõe é muito diminuto, estando a ponderar contratar uma empresa externa, uma vez que o Governo não permite a contratação. Há muitos anos que não se admite um funcionário na Câmara Municipal da Marinha Grande, daí que não se consiga rejuvenescer a organização e dinamizar os novos espaços que foram criados. Não se trata apenas de uma questão de rentabilização porque não há recursos. Teremos que recorrer a uma empresa externa, com todos os custos inerentes. Agradece o reparo, é pertinente e há uma situação que tem de ser resolvida.

▪ **No âmbito dos seus pelouros, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte às questões colocadas:**

- ⇒ Corte de árvores – gostava de ouvir a opinião de todos quando os munícipes já aqui se queixaram sobre a Av.<sup>a</sup> Vítor Gallo e os passeios de Casal de Malta. Assume o abate das árvores, que não foi feito de ânimo leve, que são propriedade do Instituto de Estradas, com quem o assunto foi conversado. O Instituto de Estradas de Leiria tem um gabinete de ambiente, que analisou a situação e deu parecer favorável para abate de 14 árvores, que identificaram, sendo os custos suportados pela Câmara, embora tenham querido acompanhar a operação. O Sr. Vereador exibiu e leu o referido parecer, e informou que na encosta do Parque dos Mártires vão ser colocadas magnólias.
- ⇒ Jardim Luís de Camões – a obra está identificada no placard afixado. As espécies estão envelhecidas e podres e são perigosas para as habitações vizinhas, tendo lembrado o temporal de janeiro de 2013. O parque infantil tem que ir para o centro do jardim, não pode estar junto à estrada. Disse que a Câmara não é assassina das árvores, mas em primeiro lugar tem que cuidar da saúde e segurança das pessoas, pelo que assume as críticas.
- ⇒ Parque dos Mártires – disse que a obra não está completa, tendo solicitado ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira que lhe envie as fotos que mostrou. Informou ainda que os bancos e as papeleiras não estão incluídos nesta empreitada. Constatou-se que o equipamento não é o mais adequado nem tem reparação porque está todo podre, estando a ser analisado outro tipo de bancos. Referiu ainda que também nas suas áreas se depara com falta de funcionários.
- ⇒ S. Pedro de Moel – a televisão tem noticiado as obras na costa, que se vão prolongar durante todo o verão, e que são fruto do temporal do inverno. A Câmara da Marinha Grande teve que lançar concursos públicos. As casas de banho já estão adjudicadas, aguardando-se a entrega de documentos pelo empreiteiro, a quem já pediu para começarem na próxima semana. Tem que ser feito tudo de novo, tendo chamado a atenção para a possibilidade de haver obras durante a época balnear.

▪ **O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas:**

- ⇒ Substituição de árvores e Jardim Luís de Camões – as questões colocadas pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria João já foram respondidas pelo Sr. Vereador, contudo não irá ser plantado igual n.º de árvores mas sim mais arbustos, lamentando não ter conseguido encontrar nos arquivos da Câmara o coreto que em tempos existiu no jardim.
- ⇒ Apoios aos jornais – foi efetuada uma adjudicação aos vários jornais e o da Marinha Grande é o que tem maior valor, distribuído ao longo do ano. Com a realização das Festas da Cidade, que não estavam incluídas nessa adjudicação, foi necessário recorrer a outros meios. Informou ainda, relativamente ao Jornal da

Marinha, que há uma fatura por pagar, de 2013, por causa da redução remuneratória, e que não se chega a acordo.

- ⇒ Agradeceu à CEFAMOL, que em colaboração com a Câmara, mantém pessoas na exposição “Esculpir o aço”.
- ⇒ Requalificação do Parque dos Mártires – já respondido pelo Sr. Vereador do pelouro.
- ⇒ Salão de chá – o concurso está a ser preparado para lançar, há possíveis interessados, e espera que isso aconteça na próxima semana.
- ⇒ Árvores – algumas foram tratadas ao longo dos anos, e apesar de o Vereador ter dito que assume é o Presidente da Câmara quem assume tudo.
- ⇒ Reunião de 12/06/2014 – a reunião para a definição da marca da Marinha Grande e todas as anteriores foram marcadas às mesmas horas, e não se manifestaram contra assim tantas pessoas, foram duas, e uma delas já nem é empresário porque está reformado. Informou que foi concedido ao evento o Alto Patrocínio do Sr. Presidente da República, e esclareceu que aquilo que disse foi que o Sr. Vereador Aurélio não tinha ganho a mudança da hora da reunião, esta foi marcada com muita antecedência e na altura todos estiveram a favor. Alguns tiveram contratempos que os impediram de vir, mas outros não quiseram vir. Vai-se marcar outra reunião.
- ⇒ CARFI – a Câmara tem vindo a falar com a administração da empresa, está-se a negociar, e é de todo o interesse resolver o problema. Ainda ontem houve mais uma reunião, pelo que não pode dar datas, está-se a analisar.
- ⇒ Cemitério – não é fácil, está-se a tentar uma solução para não prejudicar ninguém, mas não pode dar datas. Está a ser resolvido, embora sem datas, dado que há outras prioridades.
- ⇒ Corte de árvores – percebe que haja pessoas que se incomodem com o seu abate, mas desafia alguns dos que criticam a plantarem algumas árvores nos terrenos de que são proprietários, demonstrando essa preocupação e cuidado.

▪ **A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria João Santos pediu novamente a palavra para dizer o seguinte:**

- ⇒ Pediu desculpa por não ter cumprimentado os presentes na sua primeira intervenção.
- ⇒ Referiu que as Festas da Cidade foram bem sucedidas, foi bom ver tantas pessoas no Parque da Cerca e no centro da cidade, o que demonstra que as pessoas queriam e precisavam mesmo disto, e que vieram incentivar a identidade dos marinhenses. Segundo apurou, pensa que também houve um bom retorno em termos financeiros para as coletividades, o que as irá ajudar financeiramente para não dependerem só dos apoios da Câmara. É um dos bons retornos que se conseguiu neste primeiro ano e a iniciativa é boa. Quer louvar o trabalho dos colaboradores da Câmara que se empenharam e foi fundamental para o sucesso, realçando que no dia seguinte o recinto estava limpo. No futuro pensa que as festas poderão vir a ser auto-sustentáveis.

O **Sr. Presidente** informou que já marcou uma reunião com as coletividades, para lhes agradecer e dizer que é para continuar, em conjunto com o rallye, que registou grande afluência de público em diversos pontos, conforme viu em fotos que lhe foram mostradas. Vários movimentos tinham estas festas nos seus programas eleitorais e o que interessa neste momento é que se fizeram, não interessa a paternidade.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que nunca referiu a questão da paternidade porque o que interessa é fazer. Agradeceu as palavras da Sr.ª Vereadora Maria João relativamente à identidade dos marinhenses, que é aquilo que já referiu como sendo o orgulho de ser marinhense.

O **Sr. Presidente** disse que a Câmara tudo fará para que de futuro tenhamos o rallye no campeonato nacional, sem que isso implique muitos custos para a autarquia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 12, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 5 DE JUNHO DE 2014**

493 - Presente a ata n.º 12, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 5 de junho de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um intervalo, que decorreu das 10:50 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **3 - REQ. N. 723/14, DATADO DE 19/05/2014 – PC N.º 146/14, DATADO DE 06/05/2014 – MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA**

494 - Presente requerimento n.º 723/14, datado de 2014/05/19, constante do processo camarário n.º 146/14, subscrito por **MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA**, com o NIF 119900831, residente na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da “Legalização da ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7404 e omissa na matriz.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/06/03, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da **“Legalização da ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7404 e omissa na matriz, com o número de processo 146/14, com data de entrada em 2014/05/06, apresentado por **MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA**, com o NIF 119900831, residente na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 773/14, DATADO DE 26/05/2014 – PC N.º 56/14, DATADO DE 24/02/2014 – MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO

495 - Presente pedido com o registo n.º 773/14, datado de 26/05/2014, relativo a **legalização e alteração de edifício destinado a comércio e habitação**, sito na Av. José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.323 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.306, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 56/14, com data de entrada de 24/02/2014, apresentado por **MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO**, com o NIF 161612687, residente na Av. José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande.  
Presente informação técnica, datada de 13/06/2014, que atesta encontrar-se o projeto em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização e alteração de edifício destinado a comércio e habitação, sito na Av. José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.323 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.306, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 56/14, com data de entrada de 24/02/2014, apresentado por MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO, com o NIF 161612687, residente na Av. José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao correto acabamento da obra.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N. 730/14, DATADO DE 20/05/2014 – PC N.º 1317/00, DATADO DE 04/12/2000 – RODRIGAPE – CONSTRUÇÕES, LDA**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

496 - Presente requerimento n.º 730/14, datado de 2014/05/20, constante do processo camarário n.º 1317/00, subscrito por RODRIGAPE – CONSTRUÇÕES, LDA., com o NIPC 506178579, com sede na Avenida Victor Gallo, 83 C – 2430-172 Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de alterações ao licenciamento da obra de “Construção de edifício de habitação e comércio”**, incidente sobre um prédio urbano correspondente ao lote n.º 7 da urbanização da antiga fábrica da Crisal, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.224 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.273, da freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de licença de construção n.º 455/01, de 2 de julho de 2001, com termo em 22 de junho de 2003 e alvará de obras de construção n.º 552/2003, de 23 de setembro de 2003, com termo em 12 de junho de 2005, com prorrogação válida até 7 de junho de 2006.

Presentes projetos de alterações aos projetos anteriormente aprovados, referentes ao licenciamento em apreço, dispondo de parecer técnico dos serviços datado de 2014/06/16, a propor a sua aprovação.

**Após a análise do pedido de alterações ao licenciamento da obra de “Construção de edifício de habitação e comércio”, incidente sobre um prédio urbano correspondente ao lote n.º 7 da urbanização da antiga fábrica da Crisal, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.224 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.273, da freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de licença de construção n.º 455/01, de 2 de julho de 2001, com termo em 22 de junho de 2003 e alvará de obras de construção n.º 552/2003, de 23 de setembro de 2003, com termo em 12 de junho de 2005, com prorrogação válida até 7 de junho de 2006, com o número de processo 1317/00, com data de entrada em 2000/12/04, apresentado por RODRIGAPE – CONSTRUÇÕES, LDA., com o NIPC 506178579, com sede na Avenida Victor Gallo, 83 C – 2430-172 Marinha Grande, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da apresentação de Termo de Responsabilidade referente à alteração estrutural dos pilares localizados ao nível da cave.**

**Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N. 787/14, DATADO DE 30/05/2014 – PC N.º 352/12, DATADO DE 22/11/2012 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES**

497 - Presente requerimento n.º 787/14, datado de 2014/05/30, constante do processo camarário n.º 352/12, subscrito por **MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES**, com o NIF n.º 107410362, com residência na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de habitação e anexo*” existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Carreirinhos, n.º 20, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19535 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8648 da referida freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2014/05/08.  
Presente parecer técnico dos serviços datado de 2014/06/02, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após análise do pedido de licenciamento da “Legalização da alteração e ampliação de habitação e anexo” existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Carreirinhos, n.º 20, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19535 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8648 da referida freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 352/12, apresentado por MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES, com o NIF n.º 107410362, com residência na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia e de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22- E/98, de 30/11.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



**7 - REQ. N. 853/14, DATADO DE 06/06/2014 – PC N.º 59/14, DATADO DE 26/02/2014 –  
TUBOFURO - TUBOS EM PVC, SA**

498 - Presente pedido com o registo n.º 853/14, datado de 06/06/2014, relativo a **demolição de instalações fabris** situadas na rua Pires de Campos, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 59/14, com data de entrada de 26/02/2014, apresentado por **TUBOFURO - TUBOS EM PVC, SA**, com o NIPC 504086685, com sede na avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa.

Presente informação técnica, datada de 11/06/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **demolição de instalações fabris** situadas na Rua Pires de Campos, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 59/14, com data de entrada de 26/02/2014, apresentado por **TUBOFURO - TUBOS EM PVC, SA**, com o NIPC 504086685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**8 - REQ. N. 860/14, DATADO DE 11/06/2014 – PC N.º 195/14, DATADO DE 05/06/2014 – ANÍBAL H. ABRANTES - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, SA.**

499 - Presente pedido com o registo n.º 860/14, datado de 11/06/2014 relativo a licenciamento de obras de alteração de uma unidade industrial, sita na Rua Aníbal H. Abrantes, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7405 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13087, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 195/14, com data de entrada de 05/06/2014, apresentado por ANÍBAL H. ABRANTES - INDÚSTRIA DE MOLDES E PLÁSTICOS, SA., com o NIPC 500311943, com sede na Rua da Indústria, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 16/06/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração de uma unidade industrial, sita na rua Aníbal H. Abrantes, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7405 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13087, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 195/14, com data de entrada de 05/06/2014, apresentado por Aníbal H. Abrantes - Indústria de Moldes e Plásticos, SA., com o NIPC 500311943, com sede na rua da Indústria, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N. 738/14, DATADO DE 21/05/2014 – PC N.º 152/11, DATADO DE 26/04/2011 –  
LUIS MANUEL PACHECO BRANQUINHO**

500 - Presente pedido de **licenciamento de alteração** ao projeto de obras de alteração e ampliação de moradia localizada no Beco das Chedas, lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.452 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1.784, com processo n.º 152/11, com data de entrada de 2011/04/26, apresentado por **LUIS MANUEL PACHECO BRANQUINHO**, com o NIF 190261927, residente na Quinta da Barroca Alta, freguesia de Videmonte, concelho da Guarda, cujo projeto foi aprovado em reunião de câmara datada de 04/10/2012 e a obra licenciada pelo Alvará de Obras de Construção n.º 2/13, com termo em 2015/01/15.

Presente parecer técnico, datado de 2014/06/03, que atesta encontrar-se, o projeto, em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido de licenciamento de alteração ao projeto de obras de alteração e ampliação de moradia, localizada no Beco das Chedas, lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6452 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1784, com processo n.º 152/11, com data de entrada de 2011/04/26, apresentado por LUIS MANUEL PACHECO BRANQUINHO, com o NIF 190261927, residente na Quinta da Barroca Alta, freguesia de Videmonte, concelho da Guarda, cujo projeto foi aprovado em reunião de câmara datada de 04/10/2012 e a obra licenciada pelo Alvará de Obras de Construção n.º 2/13, com termo em 2015/01/15 e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 – Deve apresentar o original do alvará de construção nº 2/13, no período de vigência do mesmo, para que se proceda ao respetivo aditamento das alterações ora aprovadas, nos termos do previsto no nº 7 do artigo 27.º do RJUE.
- 2- Deve assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
- 3- Deve executar todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente o muro e passeio nas condições estabelecidas no Livro de Obra pelo técnico camarário, aquando da deslocação à obra para definir os alinhamentos dos mesmos.
- 4- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 690/14, DATADO DE 14/05/2014 – PC N.º 180/11, DATADO DE 10/05/2011 – LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA**

501 - Presente pedido de licenciamento de alteração ao projeto de licenciamento (legalização) de obras realizadas e licenciamento de alteração e ampliação da moradia localizada na Rua do Fagundo, n.º 172, lugar do Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 2035 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15259 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 9790, com processo n.º 180/11, com data de entrada de 2011/05/10, apresentado por **LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA**, com o NIF 223557510, residente no lugar do Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto foi aprovado em reunião de câmara de 2012/05/24 e a obra licenciada pelo Alvará de Obras de Construção n.º 99/12, com termo em 2014/10/01.

Presente parecer técnico, datado de 2014/06/03, que atesta encontrar-se, o projeto, em condições de ser aprovado com o condicionalismo.

**Após a análise do pedido de licenciamento de alteração ao projeto de licenciamento (legalização) de obras realizadas e licenciamento de obras de alteração e ampliação da moradia localizada na Rua do Fagundo, n.º 172, lugar do Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 2035 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15259 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 9790, com processo n.º 180/11, com data de entrada de 2011/05/10, apresentado por LIANA MARISA ELÓI DOMINGUES COSTA, com o NIF 223557510, residente no lugar do Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto foi aprovado em reunião de câmara de 2012/05/24 e a obra licenciada pelo Alvará de Obras de Construção n.º 99/12, com termo em 2014/10/0 e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo com condicionalismo de retificação nas peças gráficas e escritas do pedido com a adequada da descrição do local da obra.**

**Delibera ainda registar que, de acordo com o projeto aprovado, da área do prédio 2.035,00 m², é cedido ao domínio público a parcela de terreno com 50,00 m² para passeio, passando o prédio a ter a área de 1.985,00 m².**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1 – Deve apresentar o original do alvará de construção nº 99/12, no período de vigência do mesmo, para que se proceda ao respetivo aditamento das alterações ora aprovadas, nos termos do previsto no nº 7 do artigo 27.º do RJUE.
- 2- Deve assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar nº 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação nº 22-E/98, de 30/11.
- 3- Deve executar todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente o muro e passeio nas condições estabelecidas no Livro de Obra pelo técnico camarário, aquando da deslocação à obra para definir os alinhamentos dos mesmos.
- 4- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.
- 5- Nos termos do nº 6 do artigo 57.º, do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N. 784/14, DATADO DE 28/05/2014 – PC N.º 113/14, DATADO DE 10/04/2014 – REINALDO MANUEL PEREIRA MESQUITA**

502 - Presente pedido de licenciamento da obra de construção de um muro, no prédio misto situado no lado nascente do gaveto da Rua das Raízes com a Rua Álvaro Cunhal, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a área de 533,55 m<sup>2</sup>, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.039, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 19.601 e na matriz predial rústica sob o n.º 6.585, com processo n.º 113/14, com data de entrada de 2014/04/10, apresentado por **REINALDO MANUEL PEREIRA MESQUITA**, com o NIF 159871239, residente na Rua das Raízes n.º 9, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Do prédio com 533,55 m<sup>2</sup> serão cedidos ao domínio público 159, 00 m<sup>2</sup> para execução futura de berma e passeio, passando o prédio a ter a área de 374,55 m<sup>2</sup>.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2014/05/05, de 2014/06/09 e de 2014/06/12, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de construção de um muro, no prédio misto situado no lado nascente do gaveto da Rua das Raízes com a Rua Álvaro Cunhal, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a área de 533,55 m<sup>2</sup>, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7039, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 19601 e na matriz predial rústica sob o n.º**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

6585, com processo n.º 113/14, com data de entrada de 2014/04/10, apresentado por REINALDO MANUEL PEREIRA MESQUITA, com o NIF 159871239, residente na Rua das Raízes n.º 9, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade

da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 820/14, DATADO DE 03/06/2014 – PC N.º 435/13, DATADO DE 19/11/2013 – VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A**

503 - Presente pedido com o registo n.º 820/14, datado de 03/06/2014 relativo a **alterações em obra**, apresentado ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6519 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12695, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o **alvará de licença de construção n.º 13/14**, válido até 16 de julho de 2014, relativo ao processo de licenciamento n.º 435/13, com data de entrada de 19/11/2013, apresentado por **VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 503 087 599, com sede em Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 16/06/2014, que atesta encontrar-se o pedido em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 27.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de **alterações em obra**, apresentado ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

(RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6519 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12695, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o alvará de licença de construção n.º 13/14, válido até 16 de julho de 2014, relativo ao processo de licenciamento n.º 435/13, com data de entrada de 19/11/2013, apresentado por VIPEX - Comércio e Indústria de Plásticos, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede em Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá, no prazo de vigência do alvará em vigor, solicitar o respetivo aditamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 892/14, DATADO DE 16/06/2014 – PC N.º 266/2014, DATADO DE 16/06/2014 – ACES PINHAL LITORAL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.**

504 - Presente requerimento registado sob o n.º 892/14, datado de 16/06/2014, correspondente ao ofício remetido por ACES Pinhal Litoral - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., Unidade de Saúde Pública, Serviço de Saúde Pública da Marinha Grande, com a referência 70, datado de 24/02/2014, é solicitado o apoio desta autarquia, no sentido de verificar as condições de segurança, higiene e salubridade na edificação correspondente ao 1.º andar direito do edifício sito na Rua Manuel Francisco, n.º 9, lugar de Boavista, freguesia de Marinha Grande, propriedade de RITA ALEXANDRA OLIVEIRA COSTA, residente em Rua Manuel Francisco, n.º 9, 1.º Dtº E, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer dos serviços, datado de 16/06/2014, sobre o assunto, no qual é proposta a determinação da vistoria para verificação das condições que possam provocar a situação de falta de segurança ou salubridade na fração do edifício objeto da comunicação, nos termos do previsto no artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de modo a poder vir a ser determinada a execução de obras necessárias à correção das anomalias eventualmente detetadas, devendo a referida vistoria incidir quer na fração que apresenta problemas, quer na fração adjacente a qual, alegadamente, é a causadora da situação apontada pela entidade.

**Após análise pedido e da informação datada de 16/06/2014, a Câmara Municipal delibera: Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA à fração do imóvel sito em Rua Manuel Francisco, n.º 9, correspondente ao 1.º andar direito, freguesia e concelho de Marinha**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Grande, propriedade de RITA ALEXANDRA OLIVEIRA COSTA, residente em Rua Manuel Francisco, n.º 9, 1.º Dtº E, 2430-059 Marinha Grande, e à fração adjacente, correspondente ao 2.º andar direito do prédio sito na Rua Manuel Francisco, n.º 9 freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JORGE MIGUEL FERNANDES, residente em Rua Manuel Francisco, n.º 9, 2.º Dtº E, 2430-059 Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelos proprietários de ambas as frações.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 09/07/2014, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Dra. Eunice Marques

**Membros suplentes:**

Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Engenheiro Vasco Fernandes

Informar os proprietários das frações do imóvel que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

COMUNICAR a realização da vistoria ao Serviço de Saúde Pública da Marinha Grande, convidando a entidade a designar um técnico que compareça à mesma, tendo em conta que esta vistoria resulta de um pedido de colaboração formulado pela referida entidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 898/14, DATADO DE 16/06/2014 – PC N.º 271/2014, DATADO DE 16/06/2014 – EMPREENDIMENTOS IMOB.CONCEIÇÃO GOMES E FERREIRA,LDA.**

505 - Presente parecer da Divisão Jurídica, após realização de vistoria ao espaço público do loteamento com Alvará n.º 04/2002, a propor realização de vistoria aos restantes espaços comuns do loteamento e lotes não edificados, de modo a serem verificadas as condições de segurança, saúde e salubridade que possam existir e de modo a ponderar uma intervenção da Câmara Municipal nesses mesmos espaços, considerando a existência de edificações antigas e em estado de degradação, atendendo à insolvência da empresa que promoveu a operação de loteamento.



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Presente despacho do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de serem diligenciados os procedimentos para a realização de vistoria

Presente parecer dos serviços, datado de 16/06/2014, sobre o assunto, no qual é proposta a determinação da vistoria para verificação das condições que possam provocar a situação de falta de segurança, higiene ou salubridade nas áreas comuns do loteamento e nos lotes por edificar, referentes ao loteamento com alvará n.º 04/2002, em nome de EMPREENDIMENTOS IMOB.CONCEICAO GOMES E FERREIRA,LDA., nos termos do previsto no artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de modo a poder vir a ser determinada a execução de medidas necessárias a suprir as perigosidades eventualmente existentes

**Após análise pedido e da informação datada de 16/06/2014, a Câmara Municipal delibera:**  
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA aos espaços comuns e lotes sem construções novas erigidas e onde existem edificações antigas e degradadas, no prédio objeto do alvará de loteamento n.º 04/2002, em nome de EMPREENDIMENTOS IMOB.CONCEICAO GOMES E FERREIRA,LDA. sito em Avenida Aníbal Guedes Coelho/Avenida 1.º de Maio/Rua António Magalhães Júnior, freguesia e concelho de Marinha Grande, do qual é administrado de insolvência o Dr. ADEMAR MARGARIDO DE SAMPAIO RODRIGUES LEITE, com escritório na Av. Alberto Sampaio, n.º 106, 2.º Dt.º, 3510-027 Viseu, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo Administrador de Insolvência.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 09/07/2014, pelas 11h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Dra. Eunice Marques

**Membros suplentes:**

Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Engenheiro Vasco Fernandes

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**15 - REQ. N. 105/14, DATADO DE 23/01/2014 – PC N.º 168/12, DATADO DE 15/06/2012 –  
SELMA CARINA DA CUNHA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO**

506 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 105/14 de 23/01/2014, apresentado por SELMA CARINA DA CUNHA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, com o NIF 226797899, residente em Travessa dos Cardos, n.º 145, lugar de Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Avenida José gregório, n.º 169, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 105/14.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 11/06/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Avenida José gregório, n.º 169, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade SELMA CARINA DA CUNHA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, com o NIF 226797899, residente em Travessa dos Cardos, n.º 145, lugar de Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**

**Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte**

**2) Membros suplentes**

**Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - REQ. N. 681/14, DATADO DE 12/05/2014 – PC N.º 224/12 , DATADO DE 02/08/2012 –  
VASCO MANUEL GOMES SILVA**

507 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 681/14 de 12/05/2014, apresentado por VASCO MANUEL GOMES SILVA, com o NIF 190323060, residente em Estrada da Nazaré, n.º 48, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Estrada da Nazaré, n.º 48, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, objeto de obras de ampliação licenciadas no âmbito do processo n.º 224/12.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 11/06/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Estrada da Nazaré, n.º 48, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de VASCO MANUEL GOMES SILVA, com o NIF 190323060, residente em Estrada da Nazaré, n.º 48, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**

**Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte**

**2) Membros suplentes**

**Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - REQ. N. 783/14, DATADO DE 28/05/2014 – PC N.º 165/12, DATADO DE 12/06/2012 – GALLOVIDRO, SA**

508 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 783/14 de 28/05/2014, apresentado por GALLOVIDRO, SA, com o NIPC 501665706, com sede em Rua de Vieira de Leiria, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização o edifício

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

sito na Rua de Vieira de Leiria, n.º 1, destinado a estabelecimento industrial, objeto de obras de legalização de alterações, licenciadas no âmbito do processo n.º 165/12.

Presente parecer técnico datado 16/06/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” do edifício sito na Rua de Vieira de Leiria, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, destinado a estabelecimento industrial, propriedade de GALLOVIDRO, SA, com o NIPC 501665706, com sede em Rua de Vieira de Leiria, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**

**Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte**

**2) Membros suplentes**

**Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - REQ. N. 718/14, DATADO DE 19/05/2014 – PC N.º 172/14, DATADO DE 19/05/2014  
– JOÃO MIGUEL ALMEIDA CARRIÇO**

509 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 718/14 de 19/05/2014, apresentado por JOÃO MIGUEL ALMEIDA CARRIÇO, com o NIF 208999884, residente em Rua Quinta da Areia, n.º 23, lugar de Casal D’Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração “E” do edifício sito em Rua da Maré Alta, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1197/1987, em nome de José Rufino, Lda.

Presente parecer dos serviços, datado de 16/06/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 1 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “E”, correspondente ao rés-do-chão esquerdo do edifício sito em Rua da Maré Alta, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de JOÃO MIGUEL ALMEIDA CARRICO, com o NIF 208999884, residente em Rua Quinta da Areia, n.º 23, lugar de Casal D’Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - REQ. N. 2591/11, DATADO DE 28/12/2011 – PC N.º 219/08, DATADO DE 06/06/2008 – ANTÓNIO FERREIRA DINIZ BARROSEIRO**

510 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 219/08, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua das Fontainhas, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.161, apresentado por **ANTÓNIO FERREIRA DINIZ BARROSEIRO**, NIF 109842936, com residência na Rua das Fontainhas, n.º 27, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2014/05/08, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do

Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2014/06/05, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações respeitantes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/06/05, e tendo verificado que depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, o requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que o interessado, ANTÓNIO FERREIRA DINIZ BARROSEIRO, com o NIF 109842936, com residência na Rua das Fontainhas, n.º 27, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final do deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, a que foi atribuído o número de processo 219/08, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua das Fontainhas, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.161, tomada em reunião camarária de 2010/08/12, comunicada através do ofício n.º 955/10, de 2010/08/18, rececionado em 2010/08/23;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/08/24 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2011/12/30, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º do RJUE, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 13/12, de 2012/01/09 rececionado em 2012/01/11;
4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2012/08/24 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
6. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a CADUCIDADE DA LICENÇA referente ao processo n.º 219/08, para a realização da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua das Fontainhas, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.161, apresentado por António Ferreira Diniz Barroseiro, NIF n.º 109842936, com residência na Rua das Fontainhas, n.º 27, lugar de Comeira,

freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - REQ. N. 833/14, DATADO DE 04/06/2014 – PC N.º 243/2014, DATADO DE 02/06/2014 – GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DAS FIGUEIRAS**

511 - Presente pedido, com registo de entrada n.º 833/14, apresentado pelo Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, com sede no Lugar de Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, em 04-06-2014, a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pelas cópias do processo de licenciamento n.º 679/77, referente ao licenciamento do seu edifício sede, bem como a isenção do pagamento das taxas respeitantes a um futuro pedido de licenciamento (legalização) de outros edifícios construídos no local, propriedade da referida associação.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado e considerando que:

- A requerente é uma associação cultural, desportiva e recreativa, legalmente constituída através de escritura pública de 22 de maio de 1980, e devidamente publicitada em Diário da República – III série – n.º 170 – 25-07-1980;
- A dita associação tem como fim a prática de diversas modalidades de educação física e de jogos desportivos, promoção de sessões culturais e recreativas - artigo 4.º dos estatutos;
- É intenção da referida associação proceder à legalização de edifícios, sitos no mesmo local do edifício sede, construídos sem prévio licenciamento municipal, necessitando por isso das cópias dos projetos do processo de construção n.º 699/77, referente ao edifício sede;
- Os edifícios a legalizar destinam-se a desenvolver as atividades previstas nos estatutos da associação;
- Os fins prosseguidos pela associação são de manifesto interesse público;

Delibera, ao abrigo das alíneas a) do n.º 2 e 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, reunidos que estão os requisitos previstos nas normas em causa:

- Isentar a associação denominada “Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras”, com sede no Lugar das Figueiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pelas cópias do processo de licenciamento n.º 679/77, respeitante ao licenciamento do edifício sede da associação – alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º;
- Isentar a mesma associação das taxas devidas pelos alvarás de licença de obras decorrentes de uma futura legalização dos edifícios já construídos pela requerente e que se destinam a ser usados pelos seus associados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **21 - ANULAÇÃO DE GUIAS – DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

512 - Presente a informação interna AM/06/2014, datada de 16 de junho de 2014, da Divisão Ordenamento do Território – Área de Controlo de Processos, Atendimento e Apoio Administrativo, em cumprimento do despacho presente na informação interna, SB 26 de 22 de maio de 2014, da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias emitidas indevidamente, referentes a pagamentos relativos aos serviços prestados pela Área de Controlo de Processos, Atendimento e Apoio Administrativo e Área de Cartografia e Cadastro da Divisão de Ordenamento do Território.

Após análise das guias emitidas e não pagas, verifica-se a necessidade de retificar alguns lapsos relacionados com a emissão das guias, nomeadamente, na sequência da deteção e comunicação dos mesmos, pelos próprios serviços emissores da Câmara Municipal (ACPAAA – Área de Controlo de Processos, Atendimento e Apoio Administrativo e/ou ACC – Área de Controlo de Cadastro).

- Considerando que a Divisão de Ordenamento do Território analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos próprios serviços emissores da autarquia;

- Considerando tratar-se de guias com valores ou contribuintes emitidos erradamente pelos serviços emissores desta Câmara Municipal;

**A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à anulação das guias de receita n.º 7992, n.º 1641, n.º 5371 de 2014 e n.º 21370 de 2013, pelos motivos constantes no parecer datado de 16/06/2014 e que se dá aqui por integralmente reproduzido, fazendo parte integrante da presente deliberação, e descritos na tabela infra.**

<b>Nº GUIA/ANO</b>	<b>NOME</b>	<b>CONTRIBUINTE</b>	<b>MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR</b>	
7992/2 – 2014	Joana Rita da Silva Ferreira	233723242	Lapso dos serviços no valor da guia emitida – ACPAAA – Guia substituída pela Guia n.º 7996/2-2014, contendo o valor correto, devidamente paga	Anexo I
21370/2 – 2013	Liliana Raquel Jorge Pires	225455510	Pedido de alteração do NIF da entidade a pagar – ACPAAA – Guia substituída pela Guia n.º 14236/2 - 2014, para o NIF 509215041, devidamente paga	Anexo II



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

1641/2-2014	Artur João dos Santos Silvestre	199743924	Lapso dos serviços no valor da guia emitida – <b>ACPAAA</b> – Guia substituída pela Guia n.º 1642/2-2014, contendo o valor correto, devidamente paga	Anexo II
5371/2-2014	Brito Moldes – Fabricação e Comercialização de Moldes Metálicos, Lda.	507127870	Lapso dos serviços no contribuinte da guia emitida – <b>ACC</b> – Guia substituída pela Guia n.º 5375/2-2014, contendo o NIPC correto, devidamente paga	Anexo III

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **22 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

513 - A Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização das Marchas Populares nos dias 20,21 e 22 de junho de 2014;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de bailes a realizar nos dias 27 e 28 de junho de 2014;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

O Clube Recreativo Amieirinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização dos festejos anuais nos dias 4,5 e 6 de julho de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Licença para colocação de publicidade alusiva ao evento.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Presentes informações nºs 40/AF, 41/AF e 42/AF de 16 de junho de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Concelhia de Associações da Marinha Grande, o Sport Império Marinhense e o Clube Recreativo Amieirinhense, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado e das licenças para colocação de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **23 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA**

514 - O Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva de Serviços 2006/123/CE, do Parlamento e do Conselho, de 12 de dezembro, veio estabelecer os princípios e as regras destinadas a simplificar e a desburocratizar o livre acesso e exercício das atividades de serviços com contraprestação económica realizada em território nacional, utilizando para o efeito mecanismos de simplificação administrativa.

De acordo com regime previsto naquele diploma legal, a Lei n.º 27/2013 de 12 de abril, criou o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária, procedendo à uniformização do regime de duas atividades económicas até agora tratadas de maneira diferente – o comércio em feiras e a venda ambulante.

O novo regime prevê que os municípios aprovem um regulamento comum a estas atividades, prevendo as condições de admissão de feirantes, as normas de funcionamento dos mercados e feiras e o horário de funcionamento, bem como as zonas e locais autorizados para o exercício da venda ambulante, os horários utilizados e as condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Em sede de audiência de interessados, e em cumprimento do disposto no n.º 8, do artigo 20.º, da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, foram ouvidas a Associação de Vendedores Ambulantes Portugueses, a Deco-Associação Nacional de Defesa do Consumidor, a Federação Nacional das Associações de Feirantes e a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande. Foram ainda consultadas as Freguesias do território da Marinha Grande, as Forças de Segurança, a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P..

**A Câmara Municipal, no uso da competência conferida n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º n.º 27/2013, de 12 de abril, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, o presente Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **24 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESA. RELAÇÃO DAS DECISÕES DE ADJUDICAÇÃO.**

A Câmara Municipal, em reunião 20/03/2014 deliberou, de acordo com os artigos 34.º, n.º 1 e 33.º, n.º 1, alínea f), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e com o artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delegar no seu Presidente, a competência para autorizar a realização de despesa até ao montante de trezentos e cinquenta mil euros e determinou que devem ser remetidas para conhecimento da Câmara Municipal todas as decisões de adjudicação tomadas ao abrigo da delegação conferida.

No período em referência foram tomadas as seguintes decisões de adjudicação:

Despacho n.º 94/2014 – Requalificação da Rua das Laranjeiras, por 282.000,00 euros;

Despacho n.º 102/2014 – Reabilitação urbana das instalações da antiga fábrica J. Ferreira Custódio, por 333.665,53 euros;

Despacho n.º 103/2014 – Requalificação da Rua da Panificadora (fase 1 e fase 3), por 308.000,00 euros;

Despacho n.º 184/2014 - Prestação de serviços de limpeza urbana no concelho da Marinha Grande”, por 169.800,04 euros;

Despacho n.º 200/2014 - Fornecimento contínuo de gás natural aos estabelecimentos de ensino e Instalações Desportivas Municipais, por 34.940,11 euros (lote 1) e por 124.617,12 (lote 2);

Despacho n.º 208/2014 – Projeto de intervenção na costa do concelho da Marinha Grande, por 180.747,94 euros.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**25 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE MAIO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.**

515 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de maio de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de maio de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.**

## **26 - 12.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2014 – 2.ª REVISÃO**

516 - Presente proposta da 12ª Modificação – 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2014, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**2ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2014**, no valor de 3.445.212,52 euros nos reforços e 3.445.212,52 euros nas anulações;

**2ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2014**, no valor de 13.005,00 euros nos reforços e 13.005,00 euros nas anulações;

**2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2014**, no valor de 2.505,00 euros nos reforços e 2.505,00 euros nas anulações, com inscrição em anos seguintes de 30.000,00 euros;

**2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2014**, no valor de 13.250,00 euros nos reforços e 3.250,00 euros nas anulações, com inscrição em anos seguintes de 127.250,00 euros.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 12ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2014, constituída pela 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**A deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **27 - DOCUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO ECONÓMICO DE 2013**

517 - Presentes os Documentos de Consolidação de Contas relativos ao ano económico de 2013, constituídos por:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Relatório de Gestão

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

os quais se encontram integralmente elaborados, estão presentes nesta reunião camarária e encontram-se devidamente arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

**A Câmara Municipal, após análise dos documentos indicados, e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera aprovar os Documentos de Consolidação de Contas do ano económico de 2013 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 26/2014 – AP/DFTI – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E RESPECTIVO PARECER A EMITIR POR AUDITOR EXTERNO PARA OS ANOS DE 2014, 2015 E 2016 – PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE PARA EFEITOS DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART.º 77.º, N.º 1 DA LEI N.º 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO.**

518 - Presente processo de aquisição nº 26/2014 – AP/DFTI, cujo objecto é a *“Contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respectivo parecer a emitir por auditor externo para os anos de 2014, 2015 e 2016”*.

Considerando que o preço base aplicado foi de 31.485,60€, acrescido de IVA à taxa 23% e que a Câmara Municipal da Marinha Grande, em reunião de 13/06/2014, emitiu parecer favorável à *“Contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respectivo parecer a emitir por auditor externo para os anos de 2014, 2015 e 2016”*, nos termos do preceituado no n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente, datado de 19/05/2014, foi determinado o convite a APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associado, SROC, Lda.

Considerando o relatório de análise da proposta elaborado pela DFTI na sequência da realização de ajuste direto desencadeado nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º do Código dos Contratos Públicos, anexo ao processo.

**A Câmara Municipal, após a análise do processo e do relatório que o acompanha, delibera, nos termos do art.º 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, propor à Assembleia Municipal da Marinha Grande a adjudicação da *“Contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respectivo parecer a emitir por auditor externo para os anos de 2014, 2015 e 2016”* ao concorrente APPM –**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associado, SROC, Lda pelo valor global de 31.480,00 € (trinta e um mil, quatrocentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**29 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO PERÍODO DE 1 ABRIL A 31 DE MAIO DE 2014.**

519 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 26-12-2013, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

- A. A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
  - 1. À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pela Câmara Municipal, independentemente do valor;
  - 2. Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, que tenham sido precedidos de procedimento de concurso público, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
  - 3. Aos encargos decorrentes da adjudicação e/ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pela Lei de Orçamento de Estado de 2014;
- B. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C. Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D. Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal em todas as sessões ordinárias deste órgão.

Considerando que, na sessão ordinária de 30-12-2013, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos propostos.

Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 20-02-2014, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal um aditamento à autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais referida nos parágrafos anteriores, nomeadamente:

- A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:
  - 1) À aprovação de revisão ou atualização de preços de contratos já celebrados, desde que resultantes de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas nos clausulados contratuais;
- B) Nos casos previstos na alínea A), determinar que deve estar previamente assegurada a inclusão de verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.
- C) Nos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.
- D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

Considerando que, na sessão ordinária de 28-02-2014, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento à autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais nos termos propostos pela Câmara Municipal.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/27/2014 de 13-06-2014 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no período de 1 de abril a 31 de maio de 2014, que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal.

**Atenta a informação prestada, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 1 de abril a 31 de maio de 2014, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida para o ano de 2014 pelo órgão deliberativo na sua sessão de 30-12-2013 com as alterações introduzidas na sessão de 28-02-2014, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



### **30 - ENCERRAMENTO DE CONTAS BANCÁRIAS DA CGD**

520 - Considerando que foi necessário proceder à abertura de duas contas bancárias atentas as decisões de aprovação dos contratos de financiamento reembolsáveis solicitados pelo Município da Marinha Grande ao IFDR, I.P. no âmbito do Empréstimo Quadro BEI, e que não existiu qualquer execução dos mesmos por a autarquia possuir capitais próprios suficientes para a execução das empreitadas de "Requalificação do Património Stephens - Casa da Cultura" - Concurso Público Urgente n.º 06/2010-DEEM e de "Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande" - Concurso Público n.º 05/2010-DEEM.

Considerando que as contas bancárias identificadas no quadro infra não apresentam qualquer movimentação, não se justificando a sua manutenção, pelo que importa proceder ao encerramento das mesmas.

Conta n.º	Descrição	Instituição bancária
0035/0441041424030	Resinagem - Empréstimo QREN-EQ	Caixa Geral de Depósitos
0035/0441041423230	Casa Cultura - Empréstimo-QREN-EQ	Caixa Geral de Depósitos

**Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento das contas bancárias identificadas no quadro anterior.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **31 - ANULAÇÃO DE GUIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES – DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO**

521 - Presente a informação interna n.º 893, de 12 de junho de 2014, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em cumprimento do despacho presente na informação interna, SB 26 de 22 de maio de 2014, da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, dando conta da necessidade de se proceder à anulação de guias e restituição de valores cobrados indevidamente, referentes a pagamentos de participações familiares relativas à frequência nas Atividades de Animação e Apoio à Família, à compra de mensalidades da Alimentação Escolar e ao pagamento da inscrição nos Campos de Férias 2014 – Casa Museu Afonso Lopes Vieira - em S. Pedro Moel.

Com o decorrer do ano letivo, foi sendo verificada a necessidade de retificar alguns lapsos relacionados com a emissão das guias, nomeadamente, na sequência de algumas

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

comunicações feitas pelos próprios encarregados de educação, dando conta dos mesmos, ou porque foram detetados/comunicados pelos próprios serviços emissores da Câmara Municipal (**DCD** – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento e/ou **GAM** – Gabinete de Apoio ao Município).

Considerando que a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento analisou e comprovou a veracidade dos factos relatados pelos encarregados de educação, ou pelos próprios serviços emissores da autarquia.

Considerando tratar-se de valores emitidos erradamente e/ou cobrados em duplicado/indevidamente, pelos serviços emissores desta Câmara Municipal.

**A Câmara Municipal apreciou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea f) e da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à anulação da guia de receita n.º 12387 de 2014, pelos motivos constantes na tabela infra.**

N.º GUIA/ANO	NOME	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR
CAMPO DE FÉRIAS – S.PEDRO MOEL			
12387/2 - 2014	Diogo Filipe Rosa Heleno	256227594	Classificação errada / DCD Anexo I

**Mais delibera, proceder à restituição dos valores cobrados indevidamente aos respetivos encarregados de educação, nas guias n.º 7188 e 8877 de 2014, pelos motivos constantes na tabela infra.**

N.º	N.º GUIA/SENHA - ANO	NOME ALUNO	CONTRIBUINTE	MOTIVO/SERVIÇO EMISSOR
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
1	7188/2 - 2014	Rafael Filipe Cardoso Moura	262269910	Aluno Subsidiado / GAM Anexo II
2	8877/2 - 2014	Sofia Pereira Faustino	273748548	Alterou o escalão / GAM Anexo III

#### VALORES A RESTITUIR - DADOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

N.º	Nome Aluno	Nome Enc. Educação e N.º de Contribuinte	Valor a restituir
1	Rafael Filipe Cardoso Moura	Ana Cristina dos Santos C. Moura 214649822	6,25€
2	Sofia Pereira Faustino	Sandra Sofia dos Santos Pereira 229863892	25,00€

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**32 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 88, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE, CAMARNAL – MARIA ANTONIETA DE JESUS SANTOS - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**

522 - Presente informação n.º 88o da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 11 de junho do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:**

**Rua Adriano Marques Nobre:**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14 (JUN)	RENTA/14 (JUL)
M.ª Antonieta Jesus Santos	88	11/05/2013	85,50€	37,82€

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 37,82€ (trinta e sete euros e oitenta e dois cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de julho de 2014.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**33 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 15, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL – FRANCISCO HENRIQUE MOREIRA CARDOSO - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.**

523 - Presente informação n.º 859 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 6 de junho do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:**

**Rua António Lopes:**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14 (JUN)	RENTA/14 (JUL)
Francisco Henrique Cardoso	15	11/05/2014	79,54€	76,03€

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 76,03€ (setenta e seis euros e três cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de julho de 2014.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**34 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2014.**

524 - Presente informação n.º 858/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 6 de junho, referente à necessidade de atualizar (anualmente) o valor das rendas das habitações sociais.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar:

Considerando que, em alguns casos os rendimentos das famílias em causa sofreram alterações e, noutros, não,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir respetivamente de agosto e setembro do corrente ano, os constantes nos quadros seguintes:**

**A PARTIR DE AGOSTO:**

**Avenida da Liberdade (Bloco L/M)**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
L	Maria Orange Moiteiro	2.º Esq.	28/07/2008	11,13€	11,10€
M	Maria Júlia Calado	2.º Dto	01/08/2007	21,00€	21,33€

**Rua da Charnequinha**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
44	Fernanda Maria Frederico	1.º Esq.	30/07/2007	26,07€	26,07€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**Rua Professor Melo Vieira**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
7	Maria Armada Norte	3.º Dto	31/07/2013	23,01€	15,50€

**Rua António Lopes**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
Horácio Freitas Marques	12	01/08/2004	48,66€	27,39€
Maria Alice F. Mendes	23	10/08/2004	52,66€	52,66€
Vitorino Carlos H. Saraiva	41	01/08/2004	59,09€	59,40€

**Rua Bairro do Camarnal**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
José António Carreira Santos	53	01/08/2004	123,40€	123,40€
Maria de Jesus Santos	48	01/08/2004	23,81€	21,77€

**Rua Júlio Braga Barros**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
1	Carlos Manuel de Jesus	R/c B	28/01/2005	52,29€	52,29€

**Praceta da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
5	Mª Fátima F. Oliveira	2.º Esq.º	01/11/2002	4,85€	4,85€

***A PARTIR DE SETEMBRO:***

**Avenida da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
M	Maria de Lurdes Matos	2.º Esq.	03/09/2007	14,19€	13,96€

**Rua António Lopes**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
Orlando Jesus Gomes Norte	18	09/09/2004	13,97€	19,18€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Rua Bairro do Camarnal

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/13	RENDA/14
Dorindo Edgar Glória Santos	45	28/08/2013	23,24€	37,42€

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**35 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA SOCIAL**

525 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que, nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da saúde e da ação social, conforme o disposto nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

Considerando que, compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:**

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ADESER II ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DE MARINHA GRANDE	O.T.L. “O Nosso Mundo” e Gabinete “Mão Aberta” Desenvolvimento de atividades diversas junto de crianças/jovens carenciadas do concelho	505933870	42.000€	A/77/2014
ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	Funcionamento das valências S.A.D, C. Dia e C. Convívio	501540563	20.000€	A/77/2014

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:**

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	Plano de Atividades 2014	501129430	1.000€	A/77/2014



**A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Como já tive oportunidade de me expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a associações ou instituições particulares de solidariedade social não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às 9 associações/instituições: ADESER II Associação para o Desenvolvimento económico e social da região de Marinha Grande; Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego; Associação portuguesa de deficientes; Associação social, cultural, desportiva de Casal Galego; Clube Recreativo Amieirinhense; Clube de Atletismo da Marinha Grande; Sport Operário Marinhense; Clube Desportivo Moitense e Grupo Desportivo e Recreativos das Figueiras. Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...”*

*Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns meses sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

*“Votei favoravelmente por entender que o processo de atribuição de subsídios, embora com lacunas que estamos a tentar resolver da forma mais célere (embora essa celeridade esteja a ser afetada), por uma auscultação que estamos a fazer às diversas instituições. Essa auscultação visa ouvir os interessados e visa igualmente a elaboração de um projeto de regulamento com maior rigor e objetividade.*

*Relativamente aos subsídios hoje atribuídos importa sublinhar que não estão presentes todos aqueles que iremos atribuir porque algumas associações se encontram ainda em falta na entrega dos documentos legalmente exigíveis.*

*No que concerne aos valores atribuídos a cada associação, os valores em causa partem de ponderações objetivas consignadas na apreciação das candidaturas oportunamente trazidas a este executivo mas também em decisões que nos cabem enquanto gestores dos montantes que deverão ser atribuídos. Atribuir montantes por uma qualquer regra aritmética não é viável, nem em qualquer organismo público nem em qualquer outra atividade privada. Gerir é o contrário da aplicação cega de regulamentos. Poderíamos ser levados ao absurdo de gerir uma qualquer entidade única e exclusivamente através de regulamentos e ponderações aritméticas. Não é esse o nosso entendimento e não nos afastamos nunca da nossa responsabilidade de decisão.”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente e o Sr. Presidente subscreveram a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.**

### **36 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO**

526 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que, nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:**

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	11.º Passeio de Cicloturismo	501540563	250,00€	A/152/2014
CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE	4.º Grande Prémio	501163980	500,00€	A/152/2014
CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE	II Meeting Fernando Alves   8.º Corta Mato Jovem   Milha de Cristal	503912530	750,00€	A/152/2014

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	25.º Torneio de Xadrez I Torneio Convívio de formação e 26.º Torneio de Voleibol de Praia	501417702	1.750,00€	A/152/2014
CLUBE DESPORTIVO MOITENSE	63.º Circuito de Ciclismo	501216049	1.500,00€	A/152/2014
GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DAS FIGUEIRAS	Prova de BTT I II Corta Mato I Concurso de Pesca Jovem I Concurso de Pesca de Mar I XXVIII Meia Maratona	501075330	500,00€	A/152/2014

**A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Como já tive oportunidade de me expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a associações ou instituições particulares de solidariedade social não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às 9 associações/instituições: ADESER II Associação para o Desenvolvimento económico e social da região de Marinha Grande; Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego; Associação portuguesa de deficientes; Associação social, cultural, desportiva de Casal Galego; Clube Recreativo Amieirinhense; Clube de Atletismo da Marinha Grande; Sport Operário Marinhense; Clube Desportivo Moitense e Grupo Desportivo e Recreativos das Figueiras. Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...”*

*Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns meses sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que*

*permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação."*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Votei favoravelmente por entender que o processo de atribuição de subsídios, embora com lacunas que estamos a tentar resolver da forma mais célere (embora essa celeridade esteja a ser afetada), por uma auscultação que estamos a fazer às diversas instituições. Essa auscultação visa ouvir os interessados e visa igualmente a elaboração de um projeto de regulamento com maior rigor e objetividade.*

*Relativamente aos subsídios hoje atribuídos importa sublinhar que não estão presentes todos aqueles que iremos atribuir porque algumas associações se encontram ainda em falta na entrega dos documentos legalmente exigíveis.*

*No que concerne aos valores atribuídos a cada associação, os valores em causa partem de ponderações objetivas consignadas na apreciação das candidaturas oportunamente trazidas a este executivo mas também em decisões que nos cabem enquanto gestores dos montantes que deverão ser atribuídos. Atribuir montantes por uma qualquer regra aritmética não é viável, nem em qualquer organismo público nem em qualquer outra atividade privada. Gerir é o contrário da aplicação cega de regulamentos. Poderíamos ser levados ao absurdo de gerir uma qualquer entidade única e exclusivamente através de regulamentos e ponderações aritméticas. Não é esse o nosso entendimento e não nos afastamos nunca da nossa responsabilidade de decisão."*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente e o Sr. Presidente subscreveram a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.**

**37 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL**

527 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que, nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de

Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que, as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
ASSOCIAÇÃO TOCANDAR	Plano de Atividades 2014	504934562	6.000,00€	A/129/2014

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera ainda atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE	Escola de Música	501163980	6.000,00€	A/129/2014
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	Teatro, Escola de Música e Exposições	501417702	2.000,00€	A/129/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dão por reproduzidas, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Como já tive oportunidade de me expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a associações ou instituições particulares de solidariedade social não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às 9 associações/instituições: ADESER II Associação para o Desenvolvimento económico e social da região de Marinha Grande; Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego; Associação portuguesa de deficientes; Associação social, cultural, desportiva de Casal Galego; Clube Recreativo Amieirinhense; Clube de Atletismo da Marinha Grande; Sport Operário Marinhense; Clube Desportivo Moitense e Grupo Desportivo e Recreativos das Figueiras. Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...”*

*Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns meses sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente por entender que o processo de atribuição de subsídios, embora com lacunas que estamos a tentar resolver da forma mais célere (embora essa celeridade esteja a ser afetada), por uma auscultação que estamos a fazer às diversas instituições. Essa auscultação visa ouvir os interessados e visa igualmente a elaboração de um projeto de regulamento com maior rigor e objetividade.*

*Relativamente aos subsídios hoje atribuídos importa sublinhar que não estão presentes todos aqueles que iremos atribuir porque algumas associações se encontram ainda em falta na entrega dos documentos legalmente exigíveis.*

*No que concerne aos valores atribuídos a cada associação, os valores em causa partem de ponderações objetivas consignadas na apreciação das candidaturas oportunamente trazidas a este executivo mas também em decisões que nos cabem enquanto gestores dos montantes que deverão ser atribuídos. Atribuir montantes por uma qualquer regra aritmética não é viável, nem em qualquer organismo público nem em qualquer outra atividade privada. Gerir é o contrário da aplicação cega de regulamentos. Poderíamos ser levados ao absurdo de gerir uma qualquer entidade única e exclusivamente através de regulamentos e ponderações aritméticas. Não é esse o nosso entendimento e não nos afastamos nunca da nossa responsabilidade de decisão.”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente e o Sr. Presidente subscreveram a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.**

**38 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezoito de junho de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

**6.349.695,99 €** (seis milhões, trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco euros e noventa e nove cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**528 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:**

**39. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

**40. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

**41. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.**

**42. PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **39 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

529 - A SAMP-Sociedade Artística Musical dos Pousos, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, para realização do evento denominado Festival Pinhal das Artes.;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento.

Presente informação nº 44/AF de 19 de junho de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as entidades públicas ou privadas relativamente às atividades culturais, recreativas, sociais ou desportivas que sejam desenvolvidas em parceria com o Município da Marinha Grande, do pagamento das taxas

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 19/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 14

previstas no citado Regulamento. Esta parceria foi confirmada, pela DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, por email remetido na presente data.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea g) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a SAMP-Sociedade Artística Musical dos Pousos, do pagamento das taxas devidas pela autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **40 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

530 - A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído, para realização dos festejos anuais nos dias 28 e 29 de junho de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento.

Presente informação nº 43/AF de 16 de junho de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Relativamente a este pedido, o Sr. Vereador Paulo Vicente disse que a haver colisão de eventos no mesmo local será por culpa da Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, uma vez que o pedido agora entregue coincide com a abertura da época balnear, programada desde março.

Foi ainda sugerido fazer um apelo às coletividades para que cumpram o prazo de entrega de documentos.

**41 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO INICIAL.**

531 - Presente informação da DISU com a ref.ª AR-04.2014, na qual se propõe a aprovação da revisão de preços da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA*”, adjudicada à firma “*HABITÁMEGA, CONSTRUÇÕES, SA*”, ao abrigo do disposto no n.º 1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Considerando que, de acordo com o n.º 1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos, “o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR-04.2014, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar:

- a) A revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre julho de 2013 e agosto de 2013, no valor de 14.522,59€ (catorze mil e quinhentos e vinte e dois euro(s) e cinquenta e nove cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 312,60€ (trezentos e doze euro(s) e sessenta cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre a revisão de preços provisória aprovada em 26 de dezembro de 2013 e a presente revisão de preços definitiva;
- b) A aprovação da revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre setembro de 2013 e novembro de 2013, no valor de 3.588,66€ (três mil e quinhentos e oitenta e oito euro(s) e sessenta e seis cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, havendo lugar ao pagamento de 219,51€ (duzentos e dezanove euro(s) e cinquenta e um cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, que corresponde à diferença entre a revisão de preços provisória aprovada em 26 de dezembro de 2013 e a presente revisão de preços definitiva;

- c) A aprovação da revisão de preços definitiva, relativa ao mês de dezembro de 2013, no valor de 2.171,51€ (dois mil e cento e setenta e um euro(s) e cinquenta e um cêntimo(s)), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor;

da empreitada designada por *“REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”*, realizada pela firma *HABITÁMEGA - Construções, S.A.*, ao abrigo do disposto no n.º1 do Artigo 382.º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **42 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL**

532 - Considerando que o caminho público situado na Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, que confronta a sul com a Ribeira do Tecelão, a norte com Rua 1.º de Janeiro, a nascente com Carfi – Fábrica de Plásticos e de Moldes, S.A. e a poente com caminhos-de-ferro, com a área de 1.096,50 m2 era, em tempos, utilizado pela população para aceder aos diversos prédios ali existentes;

Considerando que a execução da Estrada do Guilherme, bem como a consolidação do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Casal da Lebre - que alterou a configuração urbana do território e estabeleceu novas ligações quer em termos viários, quer em termos de acessibilidade aos prédios existentes no local - provocou o abandono daquele caminho.

Considerando que, por esses motivos, atualmente o caminho em causa não tem qualquer uso por parte do público em geral, sendo apenas utilizado pela sociedade Carfi – Fábrica de Plásticos e Moldes, S.A., que confina a poente com o mesmo;

Considerando que o caminho em causa deixou de estar adstrito à sua função de satisfação de interesses coletivos;

Considerando que nessa medida, encontram-se reunidas as condições para a desafetação do referido caminho público do domínio público municipal passando, o mesmo, a integrar o domínio privado disponível do Município da Marinha Grande;

Considerando que a integração desse bem no domínio privado do Município permite a sua posterior alienação;

Considerando que na prossecução das suas atribuições, mormente de ordenamento do território, o Município deve tomar as medidas necessárias para garantir uma adequada organização e utilização do território, com vista ao seu desenvolvimento económico, social e cultural e consequentemente à sua valorização;

